

ESTUDOS DE GÊNERO E CULTURA DO ESTUPRO: DEBATES CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Ana Carolina Eiras Coelho Soares¹
Neide Célia Ferreira Barros²

Resumo: O presente trabalho aborda as reflexões sobre a oficina ministrada no LEHIS em 2016 a respeito da importância de uma educação que trabalhe as questões de gênero no ambiente escolar e em como isso pode auxiliar na diminuição das violências e desigualdades sobre as mulheres e as minorias sociais em nosso cotidiano. Dentro do contexto histórico contemporâneo de retrocessos sociais, buscou-se compreender as naturalizações que perpetuam uma cultura do estupro em nossa sociedade e quais as contribuições dos estudos de gênero para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Cultura do Estupro; Educação; Relações de gênero.

GENDER STUDIES AND CULTURE OF RAPE: CONTEMPORARY DEBATES FOR TRAINING TEACHERS

Abstract: This paper discusses the reflections on the workshop given in Laboratory of History Teaching at UFG/ Goiânia Campus in 2016 about the importance of an education that works on gender issues in the school environment and how it can assist in the reduction of violence and inequality on women and social minorities in our daily lives. Within the contemporary historical context of social regress, we sought to understand the naturalizations that perpetuate a culture of rape in our society and the contributions of gender studies to a more just and egalitarian society.

Keywords: Rape Culture; Education; Gender relations.

ESTUDIO DE GÊNERO Y ESTUDIOS DE CULTURA: DISCUSIONES CONTEMPORÂNEAS PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORAS/ES

Resumen: Este documento aborda las reflexiones sobre el taller promovido por Laboratorio de Enseñanza de Historia de la UFG/Campus Goiânia en 2016 sobre la importancia de la educación que aborda los problemas de género en el entorno escolar y cómo esto puede ayudar a reducir la violencia y la desigualdad sobre las mujeres y las minorías sociales en nuestra vida diaria. Dentro del contexto histórico contemporáneo de los reveses sociales, buscamos comprender las naturalizaciones que perpetúan una cultura de violación en nuestra sociedad y cuáles son las contribuciones de los estudios de género a una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Cultura de violación; Educación; Relaciones de género.

“Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos que é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento” (SCOTT, 1999, p. 27).

Em agosto de 2016 fomos convidadas pela prof^{ra}. dr^a. Sônia Maria de Magalhães, coordenadora do LEHIS-UFG (Laboratório de Ensino de História – UFG/campus Goiânia), para realizarmos uma oficina que falasse da importância da Educação de Gênero para futuras/os docentes. Nessa empreitada pensamos em tratar, com estudantes da licenciatura em História, a importância das discussões de Gênero nas escolas e como, a partir das fontes históricas, é possível trazer tais debates para a sala de aula, visando usar a educação como instrumento de mudança para intervir em culturas de violência e subjugação do outro. No período de realização dessa oficina, tínhamos no contexto fortes manifestações extremistas (líderes religiosos, políticos e coletivos organizados) que buscavam suprimir a educação de gênero, excluindo-a dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Também aparecia de maneira forte na mídia e nas conversas cotidianas o tema da “Escola sem Partido”, proposta no Congresso Nacional pela chamada Bancada Evangélica, que visava tirar dos professores o direito à liberdade de expressão. De outro lado, ainda nesse mesmo contexto, havia a grande repercussão do estupro de uma adolescente que, após ser violada por 30 homens, teve sua imagem exposta na internet por um vídeo que circulou em diversas redes sociais, colocando em pauta a violência sexual e sua aceitação na sociedade.

¹ Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009) e pós-doutorado em Antropologia pela UNB (2017). Atualmente está realizando seu segundo pós doutoramento na UFES sob supervisão da profa. dra. Maria Beatriz Nader e está coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero da Faculdade de História/UFG, coordenadora do GT regional de Gênero da ANPUH- Goiás, professora do Programa de Pós-Graduação em História-UFG e professora Associada da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Email: hanaakif@hotmail.com

² Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Possui graduação (2014) e Especialização (2012) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e graduação em Direito (2008) pela UniEvangélica. Atua como professora do Instituto Federal de Goiás. Áreas de atuação: História do Brasil República, Gênero, Direito Penal, Direitos Humanos. Contato: neidecelia@gmail.com

Assim, nesse caldeirão de acontecimentos, nos pareceu muito importante denotar, num diálogo com futuros professores, como as discussões de Gênero são importantes para educar para a igualdade, para o respeito e conseqüentemente para a não violência. Logo, falar de Gênero e de História sob a perspectiva da Cultura do Estupro, pareceu-nos uma maneira de formar novos educadores para propagarem noções de igualdade entre seres humanos e de resistir a discursos silenciadores. Então, dessa necessidade é que se fez nossa oficina, que agora, apresentamos reestruturada como texto, para que ganhe novos lugares e continue a ressoar.

2. Cultura do Estupro: Um legado da desigualdade de gênero.

Bem sabemos que a cultura que se forma a partir do corpo sexuado determina, em grande parte, as expectativas sociais que se formam sobre cada ser humano. Assim, com base em uma normatização binária (masculino/feminino) as pessoas são qualificadas a partir de seu aparelho reprodutor e, baseado nele, criam-se normas que definem papéis sociais, poderes, valores, permissões, proibições e fundamentalmente delimitam-se os comportamentos considerados adequados e inadequados. A cultura do estupro nasce desse contexto, no qual homens e mulheres são limitados a determinados comportamentos. Logo, num lugar social onde a sexualidade masculina é aceita, estimulada e colocada como forma de tomar poder, e a feminina é castrada, silenciada e desqualificada, a agressividade e a violação do corpo feminino são consideradas como simples expressão sexual. Em outras palavras, a cultura do estupro é a naturalização social e a aceitação – e até mesmo estímulo – da violação do corpo como prática do cotidiano.

Dentro de uma cultura baseada na desigualdade de gênero “o fundamento mais naturalizado é de que à mulher não cabe a iniciativa, nem o apoderamento do corpo do outro, mas apenas a sedução” (Machado, 2004, p.15). Conseqüentemente, nesse jogo de poder não cabe ao feminino negar-se ao sexo, ou mesmo a sua negativa deve ser considerada como parte do processo de atração, enquanto ao masculino cabe tomar esse corpo e até mesmo vencer esse não da mulher. Portanto há uma cultura que estimula e ensina aos garotos, desde muito jovens, que o homem deve forçar e criar sortilégios para obter sexo, e que vale tudo para a realização desse desejo; que os corpos, especialmente os femininos, estão disponíveis para quem tomá-los primeiro. E isso é dito não apenas pelos pais, mas em outros diversos lugares da educação formal e informal: Nas músicas populares, na publicidade, em filmes e etc.. Criando-se assim, inúmeros espaços sociais que constroem e reafirmam o poder masculino sobre todos os corpos.

Um exemplo dessa naturalização é a peça publicitária do preservativo *Prudence*, criada pela agência DKT Internacional, em 2012. Essa publicidade, após diversas reclamações de grupos feministas, foi suspensa pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), porque trazia um enaltecimento à violência sexual contra mulheres. Na imagem veiculada (abaixo), aparecia uma tabela de calorias gastas nas atividades sexuais, na chamada “Dieta do sexo”. Em uma dessas tabelas, dizia que o número de calorias gastas “tirando a roupa dela (...) sem o consentimento dela” era incrivelmente maiores do que “com o consentimento dela”. Também mostrava que tirar o sutiã sem a aceitação da mulher era mais vantajoso (UOL, 2012, *online*).

Figura 1 – Campanha Prudence – Dieta do Sexo



TIRANDO A ROUPA DELA	
COM O CONSENTIMENTO DELA	10 Cal
SEM O CONSENTIMENTO DELA	190 Cal
ABRINDO O SUTIÃ	
COM AS DUAS MÃOS	8 Cal
COM UMA MÃO	32 Cal
COM UMA MÃO, BEIJANDO ELA	107 Cal
COM UMA MÃO, APANHANDO DELA	208 Cal
COLOCANDO A CAMISINHA	
COM EREÇÃO	6 Cal
SEM EREÇÃO	644 cal
NA HORA DA TRANSA	
TENTANDO ENCONTRAR O CLITÓRIS	12 Cal
TENTANDO ENCONTRAR O PONTO G	348 Cal
POSICÕES	
PAPAI E MAMÃE	12 Cal
FRANGO ASSADO	20 Cal
PEÃO BOIADEIRO	89 Cal
69 DEITADO	10 Cal
69 EM PÉ	912 Cal
APÓS O ORGASMO	
FICHAR NA CAMA ABRACADINHO	18 Cal
VIRAR DE LADO	36 Cal
EXPLICAR PRA ELA POR QUE VIROU DE LADO	814 Cal

Podemos notar claramente que a peça é direcionada a homens (pois se trata de um preservativo masculino) e fala apenas de relações heterossexuais, pois usa os termos como “ela”, “dela”, “clitóris” e ainda

brinca com a ideia convencional de que as mulheres são mais afetivas que os homens, quando diz que após o orgasmo, se ele virar de lado e não ficar abraçado com ela, terá de gastar muitas calorias se explicando. Temos que considerar que, além de traçar estereótipos de gênero, é um óbvio incentivo à violência, uma vez que ao brincar com o objetivo de perder peso (dieta), mostra como a falta de consentimento pode ser uma forma mais rápida e eficaz para se atingir essa meta. De certo modo, a publicidade mostra como os corpos femininos podem ser usados por homens, seja para sexo ou apenas para queimar calorias, e não são importantes as escolhas femininas, pois, nessa cultura, os corpos femininos aparecem como objeto à disposição deles.

Segundo o Código Penal Brasileiro (Artigos 213 e 215), constringer pessoas a praticar qualquer ato libidinoso, mediante violência ou grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça a livre manifestação (consentimento), é considerado Estupro ou Violação Sexual, que têm penas que variam entre 2 a 10 anos de prisão. Contudo, mesmo havendo uma lei com tais termos, por que essa publicidade – que provavelmente passou por diversas etapas de criação e pela análise de inúmeras pessoas como redator, editor, departamento de marketing da empresa Prudence, etc. – não foi barrada antes de ir a público? Como isso nos fala da cultura do estupro? Todas as pessoas que viram essa peça em seu processo de criação não perceberam nada de errado? Entendemos que o caso ocorreu porque, para além da lei, existem normas. Essas que, muitas vezes, se sobrepõem às legislações, são dadas socialmente e estipulam mecanismos de formação dos sujeitos – formalmente e informalmente – para adaptá-los a uma ordem (COSTA, 1989, p.48-51). No contexto da publicidade, provavelmente os responsáveis pela veiculação da peça, assim como o público a quem ela se direcionava, não perceberam de imediato nada de errado, pois cresceram, foram educados e viveram em uma ordem baseada na desigualdade de gênero, onde a dominação masculina sobre os corpos das mulheres era, e é ainda considerado natural, mostrando claramente como em nossa sociedade o estupro, o domínio e a violência contra mulheres são vistos como algo corriqueiro.

Esse é apenas um exemplo, dentre tantos, dos meios que reproduzem, reafirmam e fomentam uma cultura baseada numa ordem de desigualdades e violências. Assim, a Cultura do estupro alimenta dados como os divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2014, que revela que só cerca de 10% (dez por cento) dos casos de violências sexuais ocorridas no Brasil (por volta de 527 mil casos por ano) são registrados oficialmente e investigados, e que 70% (setenta por cento) dos abusos sexuais são realizados por parentes, companheiros, amigos e conhecidos das vítimas (BBC NEWS, 2017, *Online*).

Lia Zanotta Machado, em seu importante trabalho “Masculinidades, Sexualidade e Estupro: As construções da virilidade” (1998) diz que a vergonha comum aos estupradores, que ela entrevistou em sua pesquisa, não era o ato de ter estuprado, mas de terem sido condenados como estuprador. Mostrando assim, como a violência sexual, muitas vezes, é vista como rotineira na construção da masculinidade e da virilidade.

O estupro, desde que não seja publicizado como crime denunciado, não parece estigmatizar. Estupros, muitas vezes, são feitos com espectadores e parceiros e são considerados feitos sexuais, atos *viris*. Não sendo vistos como crimes, são brincadeiras, são atos *viris*. Welzer-Lang fez interessantíssimo trabalho de pesquisa na França, quando entrevistou, entre outros, participantes de grupos de reflexão sobre a sexualidade e a masculinidade de segmentos de camadas médias. A realização de estupros individualmente ou em grupos fazia parte de episódios da vida de homens que dizem ter vivenciado situações que foram percebidas como fazendo parte da vida viril, mas que passaram depois a reconhecer como estupros. A vergonha não é ter realizado o estupro, é o de estar preso como estuprador (MACHADO, 1998, p.244).

Assim, esta sociabilidade que entende a dominação masculina sobre os corpos como algo natural e a violência sexual como uma prática da virilidade, inerente a todos os homens, são os fundamentos que formam a Cultura do estupro. Podemos destacar alguns deles:

- a) A naturalização da sexualidade agressiva e invasiva como própria do masculino (biológica, logo incontrolável);
- b) O entendimento de que a negativa feminina é parte do jogo da sedução entre os sexos, do charme e uma obrigação das mulheres (que deve ser recatada e virginal). Portanto, como consequência o entendimento de que quando ela diz “não”, na verdade está dizendo “sim”. Assim, cabe aos homens convencer e vencer (através da força, enganação e sortilégios), impondo sua necessidade sexual e seu poder;
- c) A desconsideração da maioria dos estupros como tais por entende-los apenas como atos sexuais (uma vez que estes acontecem em sua maioria em ambiente familiar, em que as vítimas têm algum tipo de contato e relacionamento com o agressor) ou seja, uma resistência em compreender o conceito de consentimento;
- d) O entendimento de que hediondo é apenas o estupro que é cometido mediante extrema violência, por desconhecidos ou contra crianças muito pequenas;

- e) A justificação do estupro que se dá através de grande violência, cometidos por desconhecidos, ou contra crianças, com base no comportamento da vítima (como o uso de determinadas roupas, por exemplo) ou da mãe da vítima (que não cuidou suficientemente);
- f) A naturalização das representações midiáticas (publicitárias, cinematográficas, televisivas, mídias digitais, entre outros) que demonstram invasões, sexo contra a vontade, desrespeito à privacidade e à sexualidade das pessoas, em especial das mulheres, como algo comum, engraçado e pouco importante.

Logo, a chamada Cultura do estupro, fortalece tais agressões, entendendo-as como comuns, impedindo sua prevenção e dificultando sua punição. Todavia, a educação – como projeto social – pode ser um passo importante para combater as diversas desigualdades sociais, baseadas nas definições de Gênero, pois através de um processo de ensino massivo é possível desconstruir padrões que criam uma supremacia masculina e que normalizam as violências sexuais.

É na escola que “gestos, movimentos, sentidos são produzidos (...) e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*” (LOURO, 1997, p.61), conseqüentemente o ambiente escolar tem profunda relevância na formação humana. Bem sabemos que há diversos outros fatores formadores do caráter e da subjetividade de uma pessoa, e influências complexas e diversas que constroem os sentidos e visões de um sujeito, como o exemplo dos pais, a sociabilidade afetiva, de classe, raça, grupos religiosos e etc., porém não podemos negar a importância da influência do ambiente escolar nos primeiros anos de vida de um ser humano.

Guacira Lopes Louro (1997) lembra que, muitas vezes, a escola pode ser um lugar de segregação, reproduzindo padrões de gênero e normas que se inserem de fora para dentro. Todavia pensamos que, da mesma forma, pode ser também uma ativa transformadora, colaborando com mudanças de dentro para fora. E para que isso aconteça, é necessário que a escola eduque para além da inserção de crianças e jovens em um futuro mercado de trabalho. É preciso ter no currículo obrigatório temas que tratem de justiça, democracia e mudança social. E não se pode falar sobre nenhum desses, sem tocar nas desigualdades de Gênero.

Devemos recordar que os currículos não são neutros. Eles são influenciados pelos poderes, pelo contexto, pela economia e pelos valores sociais, muitas vezes contraditórios. Ou seja, dentre todas as coisas e saberes que existem no mundo, o currículo seleciona e recorta o que é considerado legado fundamental para ser passado para as próximas gerações. E por isso, devido à sua grande relevância na construção dos seres humanos do futuro, o currículo escolar é sempre um campo de disputas.

A professora Zélia Maria Freire de Oliveira, professora da Universidade de Brasília nos lembra que:

A escola, por meio do currículo, é uma das instituições capazes de contribuir para que a realidade do mundo contemporâneo seja refletida e conscientizada pelos alunos, aproximando-se da sociedade, sobretudo da comunidade onde está inserida. Precisa, portanto, de um currículo que verdadeiramente colabore para a consecução do ideal educativo como *paideia*, uma formação que construa o homem como homem e como cidadão e que a escola sinta verdadeiramente que a aquisição do saber é indissociável da formação do espírito – *bildung* e não somente do intelecto – *erziehung*. Para tanto, é preciso que sejam analisadas as implicações sociais quando da estruturação do currículo e que este seja sintonizado com o tempo em que vivemos, mas minimizando as desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2011, p.544)

Desse modo, entendemos que a inserção de Gênero no currículo obrigatório, desde a tenra idade, é muito importante. Através dele é possível debater a formação cultural para além do sexo biológico, as limitações sociais de homens e mulheres, os aspectos que segregam as vivências dos corpos humanos, e assim, rever o papel do homem como opressor, viril e hipersexualizado, e da mulher como alguém que não é dona de seu corpo, de suas escolhas e de sua sexualidade. Conseqüentemente essa abordagem contribuirá para desconstruir diversas violências, opressões e segregações, dentre elas a Cultura do estupro.

3. A educação como campo de disputa e o Neoconservadorismo brasileiro

Como já dito, a definição do currículo não é um assunto simples, pois se trata de definir através de uma estrutura estatal, o que será ensinado para pessoas de determinado tempo e lugar, na fase de seu processo formativo fundamental. Conseqüentemente isso envolve disputas de interesses, que não tocam simplesmente a escola, mas instâncias mais amplas do Estado, e a visão de mundo de seus representantes. Essa disputa ficou muito clara a partir de 2014, quando a inserção dos Estudos de Gênero no currículo escolar obrigatório passou a ser tema de grande polêmica na máxima casa legislativa do país.

Para iniciar essa abordagem cabe mencionar, antes de mais nada, que a educação brasileira é regida pela Constituição Federal, pela Lei 9394 /1996 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB), pela Lei 13.415/17 (Base Nacional Curricular Comum - BNCC) e diversas outras leis ordinárias, entre elas uma que é renovada a cada dez anos, que é o chamado Plano Nacional de Educação - PNE. Essa última pretende adaptar-se às necessidades mais

emergentes do país, traçar formas para solucionar problemas e implementar experiências no ímpeto de melhorar a educação no período de uma década. Nela definem-se as metas para avançar no ensino, desde a base – iniciada ainda nas creches – até a pós-graduação. Além disso, respeitando a hierarquia proposta pelo Estado Brasileiro, ela é também o referencial para a criação das demais leis nos Estados, Distrito Federal e Municípios. E é no PNE que encontramos a grande disputa, que movimentou o país desde 2015 até os dias atuais, em torno da inserção ou exclusão dos Estudos de Gênero no ensino básico brasileiro.

Dito isso, lembramos que para elaboração do novo PNE, iniciado em 2010³, o Ministério da Educação subsidiou a organização da Conferência Nacional da Educação (CONAE). Esta, através de suas pesquisas avaliadas a partir das análises de estatísticas e dados sobre a educação brasileira, somadas a encontros municipais, regionais e estaduais, com profissionais da educação, estudantes, pais, gestores e pesquisadores da área, chegou à conclusão de que era fundamental para o desenvolvimento social de uma educação humana e democrática, ter como meta o seguinte disposto:

IV. reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação da segregação das pessoas com deficiência, das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de diversidade sexual, capacitando profissionais para atuarem nas diversidades existentes na educação, garantindo a inserção na organização curricular da educação básica, o ensino em língua brasileira de sinais (libras) e braille (CONAE, 2014, *online*)

Dalila Andrade Oliveira et al. chamaram esse processo realizado pelo CONAE de “amplo movimento envolvendo a sociedade política e diversos setores da sociedade civil” (2011, p.1) em prol do desenvolvimento da educação. Tal movimento gerou como fruto o *Documento Final CONAE 2014*, que apesar de não ter força de lei, tornou-se um importante parâmetro para a educação nacional, pois partiu do próprio Ministério da Educação e adveio de pesquisas de campo e diálogos com a sociedade, tornando-o democrático e representativo.

O Documento-Final resultou desse novo passo, fruto de um rico processo de construção coletiva, desencadeado pela decisão política de submeter ao debate social as ideias e proposições em torno do Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação, que assegure a cooperação entre os entes federados e a colaboração entre sistemas de ensino com ampla participação dos setores da sociedade civil. (CONAE, 2014, p.8)

Porém, durante a aprovação da lei decenal, o Congresso Nacional rejeitou algumas palavras que tinham sido copiadas do documento do CONAE/2014, e as retirou do Plano Nacional de Educação. Essas foram suprimidas por serem consideradas ofensivas à moral e destrutiva às famílias brasileiras. Assim, o texto do PNE teve que excluir as palavras “gênero” e “orientação sexual” de seu segundo artigo, sob ordens do poder legislativo. Permanecendo apenas os termos “promoção da cidadania” e “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2016, *online*). Entretanto, os parlamentares não tinham poder sobre o texto original, produzido pela Conferência Nacional de Educação, que manteve seu discurso intacto.

Vale lembrar que, segundo levantamentos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a eleição de 2014 colocou no Congresso Nacional parlamentares majoritariamente ligados a setores conservadores da sociedade. O documento “Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015-2019” elaborado pelo DIAP afirma que “com o novo Congresso, o grande desafio será impedir retrocessos, já que as chances de avanços ou de reformas (...) são muito remotas”. E destaca:

Foi a eleição de mais de uma centena de parlamentares integrantes de bancadas conservadoras, especialmente a evangélica e a de segurança, policial ou da bala, que foram eleitos, prioritariamente, para combater a união homoafetiva, impedir qualquer tentativa de descriminalização do aborto e da maconha, revogar o Estatuto do Desarmamento, reduzir a maioria penal, acabar com as penas alternativas em substituição à cadeia, e reduzir o direito de ampla defesa na esfera criminal, entre outras pautas retrógradas. (DIAP, 2015, *Online*)

Desse modo, o novo corpo do legislativo federal tornou ainda mais acirrada as disputas em torno da inserção do Gênero nas bases da educação nacional. Logo, retirá-la do PNE não parecia suficiente, cabia aos grupos conservadores, que trataremos com mais cuidado adiante, extirpar qualquer possibilidade de implementação de tais estudos nas escolas brasileiras. Um claro exemplo dessa tentativa de completo silenciamento dos Estudos de Gênero é o Requerimento de Informação 565/2015, que reclamava:

Requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a

³ Porém só foi aprovado em 2014, deixando o país em vacância legal na área da educação por mais de três anos.

votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil. (BRASIL, RIC 565/15, online, 2015)

Em outras palavras, o congressista autor da RIC questionava a manutenção do Gênero entre as diretrizes obrigatórias elaboradas pela CONAE/14, enquanto tal termo já havia sido rejeitado pelo Congresso no PNE. Mas por que os alguns setores, denominados conservadores, ainda se incomodavam com um documento sem força de lei, enquanto a Lei já havia excluído o termo? Pelo fato de que o documento era uma referência fundamental para a educação nacional. Tal era, não apenas, base para o PNE, mas também para os planos de educação regionais, que podiam ser votados de maneira autônoma. Ou seja, o legislativo dos Estados e Municípios podia se orientar, tanto pelo Plano Nacional de Educação, como pelas diretrizes da CONAE/2014 para votar os planos locais, podendo versar e optar livremente pelo ensino de Gênero. Logo, eliminar qualquer possibilidade da inserção desse tema na educação básica, não apenas da legislação federal, mas em todas as regiões, passou a ser o objetivo das alianças conservadoras, e para isso tentavam excluir a relevância do parecer da Conferência Nacional de Educação. Uma vez que não conseguiram, e se manteve o texto original, colocando os estudos de Gênero como um objetivo para a redução das desigualdades, essas alianças (formadas entre evangélicos, católicos ortodoxos e organizações conservadoras/reacionárias) passaram a se unir no intuito de divulgar e disseminar informações distorcidas e, até mesmo, assustadoras sobre o tema.

Criaram-se mobilizações, a fim de ganhar apoio popular, em um vale-tudo argumentativo, que se aproveitava do desconhecimento das pessoas para inserir o medo coletivo. O Arcebispo de São Paulo chegou a falar que a inserção dos estudos de Gênero na educação poderia ser uma porta de entrada para a pedofilia. E assim, criou-se uma verdadeira cruzada discursiva (com cartilhas, faixas, sites, vídeo e etc.) em ataque ao que eles chamavam de *Ideologia de Gênero* (REIS; EGGERT, 2017, p.10).

A cartilha abaixo, disponível em sites católicos e distribuída à imprensa, usa claramente o terror como forma de conseguir a adesão coletiva quando diz “*Entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!*”. A cartilha substitui a palavra *teoria* pelo termo *ideologia*, ironicamente apropriado do marxismo que tal grupo tanto despreza. Logo, tentam desqualificar os Estudos de Gênero como campo de pesquisa acadêmico interdisciplinar, que procura compreender as relações de gênero nas culturas e sociedades humanas e coloca os Estudos de gênero como uma distorção de noções naturais e biológicas e, portanto, consideradas verdades absolutas, criando a falsa sensação de que é um campo de estudos que prima pela ocultação da realidade e manipulação do conhecimento.

A mesma cartilha ainda diz:

O que acontecerá caso aprovem a “ideologia de Gênero” nas escolas? Acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um Gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformarem sua identidade. E isso seria obrigatório por lei. (Você já ouviu falar sobre a ideologia de gênero, p.1, *online*)

Na página nº 5 (imagem abaixo) aparece mais uma vez o discurso de terror e, em seguida, a instrução de como impedir a inserção da educação de Gênero nas escolas:

“Querem destruir nossas famílias”: Em todas as “Assembleias Legislativas” dos Estados e nas “Câmaras dos Vereadores” dos municípios os deputados estaduais e vereadores terão de aprovar estes Planos. Por isso você precisa comparecer junto aos deputados estaduais e vereadores exigindo que eles não coloquem o termo “gênero” e “orientação sexual” em nenhum artigo ou parágrafo da lei, e nem nas metas do Plano Nacional Estadual ou Municipal. Caso contrário, todas as Escolas de ensino público e privado, terão de adotar a “Ideologia de Gênero”. (Você já ouviu falar sobre a ideologia de gênero?, p.5, *online*)

Figura 2 – Cartilha Ideologia de Gênero - Capa



Podemos observar pela imagem abaixo a linguagem que se utiliza do medo, quando diz “querem destruir nossas famílias” e destacam as personagens da ilustração com expressão de rejeição e desconfiança.

Figura 3 – Cartilha Ideologia de Gênero



Concomitantemente, foi proposto pelo senador e pastor evangélico Magno Malta (PR-ES) o projeto de lei "Escola sem Partido" (PLS 193/2016), que foi retirado de votação por ele mesmo, dois anos mais tarde. Apoiado por movimentos ditos liberais, como o Movimento Brasil Livre, que endossava a censura aos professores, em especial ao tratar de temas como gênero e sexualidade. A proposta previa denúncias anônimas e punição de professores, caso esses propagassem em sala de aula "doutrinação política e ideológica" assim como "respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções" (PLS 193/2016, *online*, 2016). Em outras palavras, caso um professor falasse em sala algo que contrariasse qualquer livro religioso, por exemplo, podia ser denunciado anonimamente por um aluno. E ainda, o vereador de São Paulo, Fernando Holiday, integrante do Movimento Brasil Livre e do partido DEM-SP, iniciou uma série de visitas surpresas às escolas municipais da capital paulista, com o intuito de coagir professores que estivessem dando um conteúdo considerado inadequado aos valores morais de seu grupo conservador. Holiday afirmou, em um vídeo em que pedia que a população o apoiasse, que ia "*continuar fazendo visitas surpresa às escolas do município (...) para analisar se há doutrinação no conteúdo*". Todavia, após denúncias do Ministério Público, e repúdios do sindicato dos professores e de outros vereadores da cidade, ele foi obrigado a parar o que chamava de "Blitz ideológica" (Estado de São Paulo, 2017, *online*).

Marcia Tiburi afirma que isso se trata de um ataque que não parte de argumentos e sim da ocultação ou da desqualificação desses estudos. Diz que:

Algo muito curioso acontece com o uso do termo ideologia quando se fala em "ideologia de gênero". Algo, no mínimo, capcioso. Pois quem usa o termo "ideologia de gênero" para combater o que há de elucidativo no termo gênero procura ocultar por meio do termo ideologia não apenas o valor do termo gênero, como, por inversão, o próprio conceito de ideologia. É como se falar de ideologia de gênero servisse para ocultar a ideologia de gênero de quem professa o discurso contra a ideologia de gênero. Não se trata apenas de uma manobra em que a autocontradição performativa é ocultada pela força da expressão, mas de um caso evidente de má fé (TIBURI, 2016, *online*).

Temos que lembrar que tais grupos vendem a noção de que são imparciais e estão se posicionando contra um viés ideológico, contra a "ideologia de gênero" – ou seja, uma falsa noção da realidade. Logo, colocam-se como verdadeiros, a partir de uma perspectiva de que existe uma verdade absoluta e essencial, e tentam destruir, pelo menos intelectualmente, quem se desvia dessa verdade. No entanto, a ideia de imparcialidade é um aspecto ilusório. Pois, como bem lembra Foucault (2012), todo conhecimento está vinculado a uma dinâmica de poder e das inter-relações da sociedade. Ou seja, o saber passa por interesses e tem vieses políticos que se vinculam à formulação de ideias. Logo, não existe saber neutro, assim como não há discurso neutro ou verdade absoluta e sim perspectivas. No entanto, quando os conservadores se põem como neutros, não ideológicos, essencialmente verdadeiros, numa cruzada quase religiosa contra os "ideológicos",

portanto os “mentirosos”, elimina-se qualquer possibilidade de argumentação dialógica, justa e honesta. Em outras palavras, não querem conversar, apenas silenciar o “inimigo” e não medem esforços para isso. Mas por que grupos se organizam, com deslealdade intelectual e até mesmo com terror coletivo, em torno do objetivo de impedir uma educação para a diversidade, para aceitação do outro e para a minimização da violência e da segregação? Para entendermos melhor esse processo temos que entender a lógica conservadora, e o neoconservadorismo que se levantou no Brasil e no mundo nas últimas décadas.

Tiziano Bonazzi, filósofo italiano, diz que o conservadorismo nasceu junto com o progressismo, no momento de laicização do pensamento político no ocidente, no século XVIII, e assim tais ideias permaneceram num diálogo e oposição até o contemporâneo. Logo, fundamentalmente, o conservadorismo forma-se com “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (1998, p.242-246). Porém Bonazzi relembra que não se trata simplesmente de manter um sistema, mas de se opor ao progressismo e buscar estabelecer as normas de uma ordem moral essencial (religiosa, biológica, natural e etc.) tida como única e verdadeira consequentemente, excludente e opositora à diversidade de visões de mundo. Assim, a perspectiva de que não existe uma verdade absoluta, maior e natural, que define os papéis sociais de homens e mulheres, ou seja, a premissa básica dos Estudos de Gênero, entra imediatamente em choque com a moral conservadora que prega que há uma única forma de viver a experiência da feminilidade e da masculinidade, e essa já está previamente definida pela natureza, que é prescrita pela vontade de Deus. Consequentemente, tudo que contrarie a versão que eles consideram natural, é visto como incorreto e deve ser corrigido ou abominado.

Essas alianças, que já mencionamos acima, fazem parte do que Carlos Gustavo Poggio Teixeira chama de “Neoconservadorismo”, ou seja, movimentos reacionários, que se levantam em todo o mundo. Para ele, esses fenômenos se dão devido às transformações econômicas, que fizeram desaparecer os empregos para pessoas com menor grau de instrução, os altos índices de imigração nos países ricos (o que transformou antigas maiorias em minorias) e a ascensão das redes sociais e de novas formas de produção de informação. Isto permitiu a difusão de ideias que, provavelmente, seriam bloqueadas por canais de comunicação tradicionais.

No Brasil, não temos a questão da imigração massiva, que é um dos fundamentos do neoconservadorismo em diversos países da Europa, porém aqui, se manifesta a partir de outros modos. (TEIXEIRA *apud* CHARLEAUX, 2017, *online*) O Neoconservadorismo brasileiro está imediatamente ligado aos movimentos liberais, porém as ideias liberais originais – de livre mercado, liberdade de expressão e etc. – só são aplicadas no campo econômico, como por exemplo, no apoio à livre negociação com empregados e patrões. Em outros sentidos, pedem a censura, o cerceamento e a imposição pela força, como por exemplo, no projeto de lei Escola Sem Partido, que visava censurar os professores, proibindo-os de falar de estudos acadêmicos e filosóficos como Gênero ou Comunismo.

Maria Lucia Barroco, ao falar da ofensiva neoconservadora no serviço social, traz algumas ações que denotam as estratégias desses grupos, que em síntese se manifestam das seguintes formas: 1) Lutando para se tirar ou impedir a aquisição de direitos de grupos subalternizados ou minoritários como mulheres, indígenas, negros, LGBT e etc.; 2) Identificando todas as mobilizações populares por direitos sociais e distribuição de renda como estratégia socialista/comunista, que deve ser combatida; 3) Transformando o debate político numa luta do bem contra o mal; 4) Defendendo o revanchismo e o aumento da punição para redução da violência; 5) Mantendo discursos baseados em distorções da verdade, no medo e no ódio (2015, p.623-636). Assim, os neoconservadores conseguem mediar diversos grupos, negociando com as pessoas que têm anseios liberais na economia e com os profascistas, autoritários e antidemocráticos. Consequentemente, conseguindo apoio político e econômico de diversos lados, o que dá grande sustentabilidade a campanhas. Em suma, com um discurso que promete soluções fáceis e focam em um inimigo inventado, que uma vez derrotado seriam solucionados problemas sociais complexos, os neoconservadores conseguem adeptos e se fortalecem em um processo dinâmico, que distorcem fatos para alcançar mais poder e usam o poder para distorcer os fatos.

Foucault diz que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2012, p.10). Então, o espaço escolar passa a ser um lugar de disputa – pela detenção do discurso – entre as percepções conservadoras e progressivas. E a primeira utiliza-se da desonestidade intelectual, aproveitando-se da ignorância e do medo, para impor sua vontade, colocando-se como isenta e não ideológica. Porém, entendemos que nenhuma das duas formas de pensamento é neutra, todas as formas de pensamento estão compromissadas com ideias, ideias e, portanto, com alguma forma ideológica. Isso não significa que as formas de pensamento são manipulações e mascaramentos de mundo, mas em si cosmovisões e construções de sentidos que estruturam as ideias e as ações públicas e privadas. No entanto, o que as difere, é que a primeira pensa em um mundo com uma única verdade, consequentemente excludente e silenciadora, enquanto a segunda entende o mundo como complexo e em construção, permitindo a inclusão e o diálogo.

4. O papel docente e a educação como resistência.

Nesta pesquisa, entendemos que a cultura do estupro, assim como as demais violências e opressões de Gênero, só poderá ser eliminada através de um profundo processo de reeducação social que toca diversos setores e passa, fundamentalmente, pelo ensino desse tema na escola. É através da Educação que se aprende a dialogar sobre as diferenças, a repensar padrões violentos, a discutir a sexualidade, o respeito e a entender que os seres humanos podem ocupar lugares diversos, com possibilidades ilimitadas, e que não devem ser restritos a definições pensadas socialmente, baseadas em uma condição meramente biológica.

Durante a oficina, na qual abordamos os temas e elementos aqui mencionados, foram distribuídos pequenos questionários para que os participantes pudessem registrar seu aproveitamento e expectativas. Tivemos um público total de cerca de 30 discentes (contando os que fizeram apenas uma parte da oficina e saíram por diversos motivos) e 20 desses participantes preencheram o questionário.

LEHIS/FH/UFG - AVALIAÇÃO DE OFICINA

Nome (opcional)

E-mail (opcional)

Já participou de alguma oficina do LEHIS?

SIM NÃO

1. Indicaria esta oficina para suas/seus colegas e professoras(es)?

SIM NÃO

2. Suas expectativas foram atendidas?

SIM NÃO

3. Quais pontos foram atendidos e quais não foram?

5. Você considera os Estudos de Gênero um tema de ensino importante para a formação docente de História contemporânea?

SIM NÃO

6. Você considera que sua formação docente em História proporcionou debates suficientes e adequados sobre as questões de Gênero para a sua prática e atuação em sala de aula?

SIM NÃO

7. A respeito desta Oficina: Como você pretende abordar/aproveitar o debate feito em suas aulas de História?

8. Sugira, por favor, temas para serem abordados nas próximas oficinas e/ou faça comentários adicionais.

Onze participantes se identificaram com nomes masculinos, cinco com nomes femininos e quatro preferiram não informar. Tradicionalmente os cursos e oficinas de estudos de gênero atraem, na comunidade acadêmica, um público majoritariamente composto por mulheres e é, no mínimo, interessante observar que há uma grande presença de homens instigados a fazer uma oficina que debata as raízes da cultura do estupro e suas consequências para a cultura e a sociedade como um todo. Em meio a tantas denúncias e situações de violências, esses educadores preocuparam-se em conhecer, pesquisar e discutir a respeito de uma temática que possui heranças históricas que precisam ser descortinadas e desnaturalizadas para que, através desses estudos e debates, o cenário das diferenças que fere e mata mulheres, possa efetivamente mudar.

Apenas quatro participantes declararam não ter participado anteriormente de alguma oficina do LEHIS, o que mostra a importância dessas oficinas na formação discente e sua plena integração às atividades da Faculdade de História. Todos os participantes marcaram que indicariam essa oficina para suas/seus colegas e professoras(es), o que sugere que o tema é relevante e desperta muita inquietação e debates. Urge educar a sociedade sobre as questões de gênero, seus jogos de poder e estruturas de desigualdade.

Na questão 2, ao serem perguntados se “as expectativas foram atendidas”, apenas um participante assinalou o box do não e na questão 3 ao ser perguntado “quais pontos foram atendidos e quais pontos não foram”, a pessoa declarou “não atendidos: debate”. Como os questionários foram entregues durante a oficina e foram respondidos livremente e de forma anônima, caso preferissem, e apenas recolhidos ao final da oficina, para permitir uma livre expressão das/dos participantes sem interferência das professoras, não foi possível verificar o que exatamente a respeito do debate não atendeu a expectativa dessa pessoa. Dentre os que se assinalaram positivamente, houve quem apontasse na questão 3 que faltou aprofundar “as questões de gênero”, “uma crítica mais apurada desse conceito (cultura do estupro), da sua projeção e a sua real existência”, “contextos históricos dos estudos de gênero”. Alguns participantes, ao falarem de suas expectativas, mencionaram que “Infelizmente o tempo da oficina foi curto para debater toda a complexidade” e que “por causa do debate, faltou um pouco do debate a respeito do tema “gênero””. Cabe observar que foi uma oficina

de quatro horas de duração, pela manhã e tais demandas apontam para a necessidade de uma edição de oficina um pouco mais extensa, uma vez que é um tema que suscita realmente muita discussão.

Os demais participantes assinalaram que as expectativas foram atendidas em diversos níveis, tais como: “entendimento conceitual da cultura do estupro”, “maior preparo didático para lecionar o conteúdo”, “boa abordagem sobre gênero e feminismo”, o que relacionamos a questão 7 “Como você pretende abordar/aproveitar o debate feito em suas aulas de História?” E os participantes escreveram sobre a precariedade do ensino dos estudos de gênero em sua formação e na necessidade urgente de tais oficinas, uma vez que a prática docente atual não pode prescindir de trabalhar esses assuntos em sala de aula. Houve menções elogiosas aos debates a respeito das leis, filmes e propagandas trabalhadas na oficina, que poderão ser facilmente incorporadas no cotidiano das aulas de ensino fundamental e médio. Todas as pessoas participantes assinalaram Sim na questão “Você considera os Estudos de Gênero um tema de ensino importante para a formação docente de História contemporânea?”.

No entanto, apesar de terem assinalado que há uma precariedade no ensino dos estudos de gênero em sua formação, dos vinte participantes doze declararam na questão 6 que consideram que sua formação recebeu debates suficientes e adequados sobre as questões de Gênero, sete declararam que sua formação não recebeu debates suficientes e adequados e um participante não sinalizou e escreveu ao lado “ainda está proporcionando, tenho muito o que aprender”. Uma chave de explicação para essa contradição dos dados, talvez esteja no fato de que, embora a Faculdade de História da UFG não conte com uma disciplina obrigatória a respeito dos estudos de gênero, desde 2010, conta em seus quadros com uma professora engajada em trabalhar com a temática, que periodicamente oferta disciplinas optativas para debater e discutir sobre relações de gênero e feminismos, fundou o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (GEPEG/FH-UFG/CNPq) e realiza reuniões periódicas para discutir textos e pesquisas que têm sido desenvolvidas no âmbito da graduação e pós-graduação.

Na questão 8 foram diversas as sugestões de temas, entre os quais destacamos: “Pena de morte”, “machismo”, “racismo”, “aborto”, “origens do feminismo”, “movimento estudantil”, diversidade na escola”, “pornografia e estudos de gênero”, “escola sem partido”, o que demonstra a grande curiosidade das/dos discentes em relação a temas importantes aos estudos de gênero e às questões contemporâneas das violências.

A própria Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) destaca a importância da educação de Gênero, e até mesmo propõe planos de aulas para a melhor aplicação do tema em ambiente escolar, mostrando que organismos internacionais de Direitos Humanos entendem a relevância desse ensino para erradicação da violência. Durante o auge dos debates que tomavam o país, em 2016, a UNESCO posicionou-se da seguinte forma:

Profundar o debate sobre sexualidade e gênero contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A UNESCO ressalta em todos os seus documentos oficiais que estratégias de educação em sexualidade e o ensino de gênero nas escolas é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos, para prevenir e erradicar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. (UNESCO, 2016, *online*)

No entanto, apesar de haver todo um conjunto de estudos favoráveis a essa direção, um projeto neoconservador, que mescla a convicção de uma verdade natural/religiosa única, com ambições financeiras e de poder político, pretende impedir a Educação de Gênero e, conseqüentemente, fomentar a manutenção de uma cultura de violência, que eles mesmos negam existir alegando ser um plano conspiratório de destruição das famílias e implementação do poder das esquerdas; Assim, de um lado, pedem e trabalham para o silenciamento do ensino da diversidade em nome de uma convicção individual, e de outro desviam a importância da reinvenção e reconstrução de padrões que fomentam as desigualdades, e sugerem o punitivismo (como castração química, por exemplo) como mecanismo de eliminar as violências sexuais, ignorando a complexidade e a raiz do problema.

Dessa forma, percebemos que num período em que os conflitos se intensificam, fica claro como organizações levantam-se em busca do silenciamento do pensamento diverso. Entendemos que é preciso resistir, persistir e fomentar constantemente o debate.

Importa observar não as características dos sexos, mas o que socialmente se construiu sobre os sexos. Uma das sugestões de oficinas futuras foi “a opressão da cultura machista sobre os homens”, o que demonstra a clareza de como as diferenças geram desigualdades e perpetuam na distinção biológica um sistema que oprime e justifica a desigualdade social. Nesse processo, sangramos todos. E, a partir da lógica da cultura do estupro, justificam-se os feminicídios, os estupros, os constrangimentos sociais pelas quais as mulheres passam, colocando a culpa na vítima e formando homens que não sabem respeitar os corpos e vontades das mulheres. Sangramos todos e as mulheres morrem todos os dias assim. Dessa maneira, os estudos de gênero e estudos

sobre a cultura do estupro visam problematizar e desnaturalizar tais comportamentos, atitudes e condutas para, em bases menos desiguais, pensar em uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista do Serviço Social**, São Paulo, 2015, n.124, v. 1, p.623-636, out-dez. 2015.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolla; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998. P.242-246
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação (2014). Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf> Acesso em: 15/mai/2018.
- BRASIL. Câmara Federal. RIC 565/2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279906>> Acesso em: 15/mai/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Documento Final CONAE/2014. Disponível em: <conae2014.mec.gov.br/noticias/500-fne-apresenta-documento-final-da-conae-2014/500-fne-apresenta-documento-final-da-conae-2014> Acesso em: 10/jun/2018.
- BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado 193/2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=569947&disposition=inline>>. Acesso em: 10/jun/2018.
- BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Radiografia do Novo Congresso (2015-2019). Disponível em < <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novo-congresso>> Acesso em: 25/mai/2018.
- BBC NEWS. Oito dados sobre o Estupro no Brasil. 24/04/2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36401054>> Acesso em 15.mai.2018
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CHARLEAUX, João Paulo. Por que a extrema direita cresce no mundo? Entrevista com Carlos G. Poggio Teixeira. 2017. Disponível em <www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 20/dez/2017.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Vereador Fernando Holiday faz blitz em escola para verificar doutrinação. 27 de abril de 2017. Disponível em < <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinação,70001726796>> Acesso em 29.mai.2018
- FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. Masculinidade, Sexualidade e Estupro. As construções da virilidade. **Revista Cadernos de Pagu**. Campinas-SP, n.11, p.231-273, 1998.
- OLIVEIRA, Dalila et al. Por um plano nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16 n.47, mai-ago. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a11.pdf>> Acesso em: 14/mai/2018.
- REIS, Toni. EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Revista Educação Social**, Campinas-SP, v. 38, n.138, p. 9-26, 2017.
- SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). **Falas de Gênero: Análises, teorias, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- TIBURI, Marcia. Teoria, ideologia e a urgente necessidade de pensar contra a má fé. 2016. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/vamos-conversar-sobre-genero/>>. Acesso em: 15/mai/2018.

UOL Economia. Propaganda de camisinha com "dieta do sexo" é suspensa pelo Conar. São Paulo, 19/03/2012. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/09/19/propaganda-de-camisinha-com-dieta-do-sexo-e-suspensa-pelo-conar.htm>>. Acesso em: 15.jun.2018

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. UNESCO no Brasil se posiciona sobre questões de violência de gênero. 2016. Disponível em <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 12/mai/2018.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campanha Publicitária do Preservativo Prudence: “A dieta do Sexo” (2012). Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/09/19/propaganda-de-camisinha-com-dieta-do-sexo-e-suspensa-pelo-conar.htm>> Acesso em 15.mai.2018

Figura 2 – Cartilha Ideologia de Gênero. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/guyvalerio1/cartilha-ideologia-do-genero>> Acesso em 15.mai.2018

Figura 3 – Cartilha Ideologia de Gênero. Disponível em <<https://pt.slideshare.net/guyvalerio1/cartilha-ideologia-do-genero>> Acesso em 15.mai.2018

Recebido em 9/07/2020

Aceito em 18/08/2020